



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FLÁVIA RAYANE RUTHES BARBOSA

**IMPrensa BRASILEIRA NA GRANDE GUERRA:
OS BOLETINS SEMANAIS DE JÚLIO DE MESQUITA.**

Londrina
2013

FLÁVIA RAYANE RUTHES BARBOSA

IMPrensa BRASILEIRA NA GRANDE GUERRA:
OS *BOLETINS SEMANAIS* DE JÚLIO DE MESQUITA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador (a): Prof^a Dr^a Sylvia Ewel Lenz

Londrina
2013

FLÁVIA RAYANE RUTHES BARBOSA

**IMPrensa BRASILEIRA NA GRANGE GUERRA:
OS *BOLETINS SEMANAIS* DE JÚLIO DE MESQUITA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Sylvia Ewel Lenz
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. André Luiz Joaquinho
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Marcio Santos de Santana
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 24 de Setembro de 2013.

*Dedico este trabalho aos meus pais e
ao meu irmão pelo apoio sem limites.*

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária pelo apoio financeiro concedido para o desenvolvimento dessa pesquisa e à Prof^a Sylvia, pela orientação sempre solícita, dedicada e paciente.

Mas também a todos os professores do Departamento de História que no decorrer da graduação contribuíram de diversas formas em minha formação de professora/pesquisadora. Queridas Celina e Fumiko, obrigada igualmente.

Agradeço especialmente ao meu pai, minha mãe e meu irmão pelo apoio incondicional. Obrigada pelo amor, pelo carinho, compreensão, pela calma e por toda a segurança que sempre me deram. Vocês sempre serão meu maior exemplo.

Aos amigos do curso de História aos quais sou inteiramente grata por todos os momentos que convivemos.

BARBOSA, Flávia Rayane Ruthes. **Imprensa brasileira e a Grande Guerra: os Boletins Semanais** de Júlio de Mesquita. 2013. 41 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

A partir dos *Boletins Semanais*, escritos por Júlio de Mesquita e publicados pelo *O Estado de São Paulo* de agosto de 1914 a outubro de 1918, visamos a analisar como Mesquita, formador de opinião pública, interpretou a Grande Guerra. Ou seja, quais suas concepções sobre conflito que o levaram, desde o início da conflagração, a ser favorável aos Aliados e, em 1917 a pressionar os poderes públicos a declarar oficialmente guerra à Alemanha. Para realizar essa proposta, contextualizamos a formação da grande imprensa no início do século XX; para, então, apreciar a fonte jornalística.

Palavras-chave: Grande imprensa. *O Estado de São Paulo*. Primeira Guerra Mundial.

BARBOSA, Flávia Rayane Ruthes. **Imprensa brasileira na Grande Guerra** : os *Boletins Semanais* de Júlio de Mesquita. 2013. 41 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

Herewith we present Julio Mesquita's Weekly Bulletins about the Great War, the war, published his newspaper *The State of São Paulo* from August 1914 to October 1918. We analyze how Mesquita formed public opinion against Germany through his views on the conflict so as to led them favorably to the Allies until in 1917 they pressure the government to officially declare war against the Central Power. To achieve the proposed goal, we contextualize the formation in Brazil of the mainstream press in the early Twentieth Century.

Keywords: *The State of São Paulo*. Mainstream press. World War I.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DESENVOLVIMENTO	12
2.1- PERCALÇOS DA FONTE JORNALÍSTICA	12
2.1.1 - Modificações na imprensa brasileira na virada do século XIX	15
2.1.2 - A objetividade jornalística na grande imprensa no início do século XX.....	19
2.2 - A IMPRENSA BRASILEIRA E A GRANDE GUERRA	22
2.2.1 - <i>Boletins Semanais</i> – Fontes de informações e elaboração.....	24
2.2.2 - Júlio de Mesquita e o apoio aos países Aliados.	28
2.2.3 - A imprensa brasileira e a declaração de guerra do Brasil.	33
3 CONCLUSÃO	39
FONTES	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS	41
ANEXO A – MAPA DO PERÍODO DA GUERRA.....	41

1. INTRODUÇÃO

Conforme apresenta René Remond (1974, p.20), a Primeira Guerra Mundial apresentou três características que a diferenciam dos conflitos anteriores, respectivamente: duração, extensão no espaço e formas novas e inéditas de lutar.

Devido a nenhuma das nações em guerra obter vantagem decisiva para garantir a vitória e, conseqüentemente, encerrar o conflito, este se estendeu, frustrando, por conseguinte, as expectativas de que a disputa iniciada no verão de 1914 duraria semanas, ou na pior das conjecturas, meses. A guerra de movimento, prevista inicialmente, transformou-se em guerra de posições (REMOND, 1974, p.20). Como apresenta Francisco Carlos Teixeira da Silva,

desde os seus primeiros dias, a Grande Guerra tornou-se uma guerra de posições, travada em trincheiras, de grandes desgastes, enterrando exércitos inteiros nos lamaçal, sob o frio, a fome, as doenças e a desesperança. (2003, p.14)

Segundo Remond, a continuidade imprevista do conflito implicou em algumas conseqüências, entre as quais, o aumento do espaço geográfico. As alianças acordadas durante o período de paz armada levaram vários países a luta, opondo-os em duas coalizões, ou seja, os países pertencentes a *Entente Cordiale* (os impérios ultramarinos França, Reino Unido e o território da Rússia) contra os Impérios Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria e o Otomano):

Desde os primeiros dias de Agosto de 1914, as cinco grandes potências européias – Alemanha, Áustria, Rússia, França, Grã-Bretanha -, as mesmas cujo acordo constituía o que a linguagem diplomática tradicional denominava 'o concerto europeu', se vêem empenhadas em guerra, pela primeira vez, desde 1815. [...] 1914: é a primeira vez, desde o fim das guerras napoleônicas, que a Europa inteira se precipita na guerra. (1974, p.22)

Entretanto, a guerra estendeu-se também aos continentes africano, asiático e por fim a alguns países da América. Remond (1974, p.25) descreve que, contando com os domínios britânicos, cerca de trinta e cinco Estados participaram do conflito. Centenas de milhões de homens foram convocados para o combate, fazendo com que, segundo o autor, pela primeira vez na história, uma conflagração assumisse tamanha grandeza decorrente do prolongamento da guerra.

Além da duração temporal e da extensão espacial, singularizam também a Grande

Guerra novas formas que romperam com os hábitos tradicionais. Como já mencionado, milhões de homens foram mobilizados durante os quatro anos, sendo necessária a mobilização de recursos para abastecer tamanho número de pessoas. Remond cita que

foi preciso, portanto, forjar completamente, a partir do nada, uma indústria de guerra, criar fábricas de armamentos, recrutar uma mão-de-obra substituta, em grande parte feminina, que rendesse os homens mandados para frente de batalha (1974, p.26).

Entre as novas formas de combate, encontram-se os gases químicos e os bloqueios ao inimigo. Acerca desse fato, Eric C. Hobsbawm menciona que:

A única arma tecnológica que teve um efeito importante na guerra em 1914-8 foi o submarino, pois os dois lados, incapazes de derrotar os soldados um do outro, decidiram matar de fome os civis do adversário. Como todos os suprimentos da Grã-Bretanha eram transportados por mar, parecia factível estrangular as ilhas britânicas mediante uma guerra submarina cada vez mais implacável contra os navios. [...] Os britânicos, por sua vez, fizeram o melhor possível para bloquear os suprimentos da Alemanha, ou seja, matar de fome a economia e a população alemãs (1994, p.36).

Essa guerra econômica mobilizou também os civis, reféns da carestia, racionamentos e do bloqueio marítimo, ou seja, embargo econômico, perpetrado pelo governo britânico. No século XIX, Remond (1974, p.27) lembra que a vida civil prosseguia à margem da conflagração, o que não ocorreu no conflito iniciado em 1914. Junta-se à guerra econômica, a guerra psicológica na qual se objetivava provocar o desgaste moral do inimigo. Para tal feito foram utilizados os bombardeios das capitais e cidades abertas e uso da propaganda contra o inimigo, principalmente pelo cinema. As consequências catastróficas desse conflito singular ficam evidentes quando se observam seus números e percentuais, conforme Vizentini:

as consequências da guerra foram terríveis. Morreram oito milhões de soldados, nove milhões de civis e, posteriormente, mais seis milhões devido à epidemia da gripe espanhola. Vinte milhões de pessoas ficaram inválidas. Assim, a Primeira Guerra foi o conflito moderno com mais mortos civis que militares (1998, p.47).

O autor lembra ainda dos milhões de refugiados das revoluções e das mudanças de fronteiras no pós-guerra. Acrescentando essa ideia, Remond (1974, p. 15), especifica que o conflito alterou regimes, deu nova forma à economia, mudou sociedades, alterou o sistema internacional, afetou estados de espírito e repercutiu sobre a História das ideias. Mas como essas consequências afetaram o Brasil, ou melhor, ainda durante os quatro

anos de guerra, como o país presenciou os acontecimentos desse importante evento?

Como sugere Sidney Garambone (2003, p.19), diferentemente da Segunda Guerra, o Brasil, em 1914, era um *caçula* que, por não ter participado ativamente do início do conflito, conseqüentemente apresenta uma pequena bibliografia histórica sobre sua participação na guerra. Assim, com a pouca historiografia e ausência de história oral relevante, a imprensa escrita do período torna-se uma significativa fonte de análise.

O início do século XX foi um momento singular para a imprensa do país. Os pequenos jornais se convertiam em grandes empreendimentos e o jornalismo se profissionalizava, passando a ser permeado pela objetividade. Em São Paulo, capital, há exemplos dessas modificações no periódico *O Estado de São Paulo* (1875). O jornal, que fora fundado inicialmente para representar o partido republicano paulista, gradualmente perdeu a atribuição de jornalismo partidário, tornando-se uma empresa jornalística que tinha como objetivo sobreviver de lucros e não de rendas governamentais, prática comum do contexto (CALDEIRA, 2002, p.23).

Parte das modificações no periódico foram direcionadas por seu proprietário, Júlio de Mesquita, que ingressou no jornal ainda na década de 1880, como gerente. Em 1912, já como dono, consolidou o jornal como publicação moderna, que fornecia notícias e artigos em troca do dinheiro dos anunciantes e leitores (CALDEIRA, 2002, p.29). No mesmo início da segunda década de XX, irrompeu na Europa a então chamada Grande Guerra. Percebendo a magnanimidade do conflito que se iniciara e visando atrair leitores oferecendo aos mesmos esclarecimentos da guerra e notícias que dessem conta dos acontecimentos do conflito, Júlio de Mesquita, a partir de agosto de 1914, passou a publicar os *Boletins Semanais* da guerra.

Tendo como fonte de pesquisa esses boletins - transformado em livro em 2002¹ -, visamos a investigar de qual modo Mesquita, em sua função de formador de opinião pública, via a guerra e quais as suas concepções sobre a entrada ou não do país na conflagração em 1917. Para realizar o objetivo, julgamos necessário percorrer uma trajetória para compreender o tema sugerido.

Os boletins da guerra foram veiculados para considerável número de pessoas mediante a imprensa escrita e constituem uma rica fonte de análise. Todavia, o estudo histórico por meio da imprensa foi negligenciado durante muito tempo. Dessa forma,

¹ Camargo Corrêa, Itaú, Petrobras e a Universidade Paulista valeram-se dos estímulos da Lei Rouanet, de estímulo a iniciativas culturais, e patrocinaram o livro de quatro volumes, mais edições especiais, CD-ROM, além de três exposições nacionais sobre os boletins da guerra.

apresentaremos em um primeiro momento o esboço dos percalços da fonte jornalística para que pudéssemos atualmente realizar uma pesquisa que recorra à imprensa como fonte principal.

A seguir, abordamos a formação da grande imprensa na virada do século XIX para XX, e delinearemos como a ênfase na objetividade passa a ser referência nessa profissão, compreendendo Júlio de Mesquita e *O Estado de São Paulo* como exemplos. Após contextualizar o período, realizaremos a apreciação do material jornalístico que nos permite compreender quais as concepções do jornalista sobre o conflito, mais especificamente sobre a entrada do país na guerra.

Analisando uma importante fonte documental, proveniente da imprensa do período, pretendemos contribuir, assim, para a pesquisa de temática pouco abordada nos estudos históricos do país. Cabe ressaltar igualmente que o início da Primeira Guerra Mundial completará cem anos em 2014.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 – PERCALÇOS DA FONTE JORNALÍSTICA.

Tania Regina de Luca afirma que na década de 1970 ainda eram poucos os trabalhos históricos que utilizavam dos impressos para uma escrita da História por meio da imprensa. O peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e início do século XX, junto ao ideal da busca da verdade dos fatos, que, pressupunha-se possível tão somente por meio dos documentos oficiais, são alguns dos fatores que explicam tamanha desconsideração para com os periódicos. (LUCA, 2005, p.112)

Para revelar o ocorrido, o historiador, que se pretendia livre de envolvimento com seu objeto de estudo e detentor de métodos precisos de crítica textual, deveria recorrer a fontes portadoras de objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficiente distantes no tempo. Nesse âmbito, os jornais pareciam não corresponder à meta de recuperação do passado, uma vez que, segundo Tania Regina, essas *enciclopédias* do cotidiano “continham registros fragmentários do presente, realizados sobre o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.” (LUCA, 2005, p.112)

A chamada Escola dos *Annales* criticou, na década de 1930, essa concepção, todavia, não houve reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa. Para Luca, a desconsideração dos periódicos até a sua importância nos estudos históricos implica em acompanhar a renovação dos temas, das problemáticas e dos procedimentos metodológicos da disciplina. Nas décadas finais do século XX, como afirma a historiadora, a prática historiográfica sofreu significativa alteração. (2005, p.112-113)

Ao incluir em seu rol de estudos novos objetos, problemas e abordagens, a Terceira Geração do *Annales* tornou viável a expansão do campo investigativo do historiador. É visível esse processo de ampliação nos títulos das pesquisas que visavam a abarcar inúmeros temas antes evitados por historiadores. Igualmente relevantes foram a

passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais; a fragmentação da disciplina; o esmaecer do projeto de uma História total; o interesse crescente pelo episódico e pelas diferenças. (LUCA, 2005, p.113)

Como sintetiza Tania Regina ao citar Michel de Certeau,

'o historiador não é mais um homem capaz de construir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio.' (CERTEAU, apud LUCA, 2005, p.113)

O próprio entendimento de documento e a sua apreciação foram alterados com essas mudanças. Há de se mencionar igualmente a renovação do marxismo, que possibilitou a adoção de uma história, cujo foco voltava-se para os vencidos, - como propôs Thompson (apud LUCA, 2005, p.113). Também foram fatores importantes o fortalecimento da História cultural, tributária da Antropologia e firmada no estudo das práticas e representações sociais; a virada linguística ou desafio semiótico, que apresentou o caráter narrativo do texto historiográfico, com a discussão de sua essência:

Os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que 'interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campo semânticos que traçam' e, poderíamos complementar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. (LUCA, 2005, p. 113-114)

No panorama atual, Luca acrescenta a história imediata e o *retorno* da História política, liberta de expressivo afastamento em que essa subsistiu parte do século XX (2005, p.114-115). As renovações nesse campo não poderiam deixar de fazer uso do estudo da imprensa que, habitualmente registra os ocorridos na esfera do poder. (2005, p.128)

Ao tratar sobre as modificações epistemológicas referentes ao campo da História, Maria Helena Capelato esclarece que entre as questionáveis concepções tradicionais está a que define a história como ciência do passado, pois para ela:

o passado é, sem dúvida, o objeto do historiador, mas hoje se admite que esse objeto é construído e reconstruído segundo as necessidades e perspectivas do presente. Nas leituras e releituras do passado há constantes perdas e ressurreições. É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. (1994, p.20)

A imprensa, assim, conclui, apresenta amplas possibilidades, pois registra a vida cotidiana em seus vários aspectos, permitindo compreender os vários sujeitos da história, ilustres ou anônimos. Entrementes, a historiadora não compreende o jornal como um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e nem uma *fonte desprezível* por estar

permeada pela subjetividade.

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. (CAPELATO, 1994, p.21)

Todavia, ao trabalhar com a fonte impressa, é necessário ter método rigoroso, adequado de fonte e reflexão teórica. Ao mencionar Michel Foucault, Capelato, afirma que indagar o documento é a questão fundamental da história,

o documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse produto resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade. (FOUCAULT, apud CAPELATO, 1994, p.21)

Para melhor reflexão sobre essa fonte, Capelato alerta que o jornal não pode ser estudado isoladamente, mas com auxílio de outras fontes que acrescentem sua compreensão, trabalhando, assim, dentro e fora dele.

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. (1994, p.24-25)

A esse respeito, Tania Regina enfatiza que a utilização da imprensa periódica não se limita a extrair texto de autores isolados, mas estipula a “análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.” (LUCA, 2005, p.141)

Assente a importância dos periódicos, seu uso generalizou-se a partir de 1985, tornando-se um dos traços emblemáticos da produção acadêmica brasileira. Ao analisar a situação paulista, Tania Regina recorre a Vavy Pacheco Borges, ao citar que

[...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos de 1970[...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um frequente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos

comportamentos, do cotidiano. (BORGES, apud LUCA, 2005, p.130)

A seguir abordaremos as modificações da imprensa na virada dos séculos.

2.1.1 – Modificações na imprensa brasileira na virada do século XIX.

Nelson Werneck Sodré (1966, p.315), em livro clássico sobre a imprensa do Brasil, assinala a transição, iniciada em fins do século XIX, dos pequenos jornais para a empresa jornalística. A estrutura simples, utilizada até então, cede lugar a estruturas e equipamentos gráficos aptos a facilitar a realização da função. Modifica-se a forma de produção tal como sofrem alteração a relação do jornal com a política, com o anunciante e com os leitores. Para o autor, essa transformação

está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. (SODRÉ, 1966, p.315)

Declina-se a produção artesanal em prol da tecnologia de máquinas modernas. Não obstante, para além das modificações na estrutura, o conteúdo foi igualmente afetado. Encetou-se a prática de envio de correspondentes ao exterior assim como a contratação de agências de notícias internacionais que tinham como objetivo acelerar a transmissão das informações, conforme Maria de Lourdes Eleutério: “no país de dimensões continentais, a modernidade técnica figurou como um elo internacional.” (2008, p.84)

Entretanto, Ilka Cohen evidencia as raízes políticas da atividade jornalística no decorrer do século XIX. Grupos de interesse encontravam na imprensa fértil meio de difusão de suas ideias e aspirações. Ao mesmo tempo em que havia publicações oficiais no contexto citadino surgiam folhas de oposição. Desse “núcleo original de oposição saíam outros grupos, multiplicando-se as tendências e aumentando o número de impressos lançados fundamentalmente como instrumento de luta política.” (COHEN, 2008, p.104)

Exacerbado com a instabilidade política - como campanhas para a abolição da escravidão e instauração da República -, casualmente surgiam folhas com reprodução e período de existência incerto. Todavia, explicita Cohen, a aparência material não diferia conforme as ideias políticas, “ao contrário, até que os avanços técnicos permitissem

diferenciações, os impressos eram muito parecidos, sendo o formato mais comum o de quatro folhas e duas colunas.” (2008, p.104)

Transformado em empreendimentos, a grande imprensa demandava de seus proprietários atenção ao mercado que se abria e ações efetivas que potencializassem o negócio. Ater-se as inovações técnicas que permitiam maior tiragem e número de páginas, redução do valor dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente, tornaram-se objetivos dos donos de periódicos de grande porte. É necessário, entretanto, conforme apresenta Luca, atentar à época do período mencionado.

É preciso ter presente que o período em apreço foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reforma o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, extensão da malha ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial, circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação de informação. (LUCA, 2008, p.150)

Esse conjunto de transformações, junto com artefatos modernos e novos meios de comunicação, passaram a figurar o cotidiano, principalmente das grandes cidades. Carros, bondes elétricos, máquinas fotográficas e de escrever, publicidade, entre outros, a um só tempo esboçavam uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos e configuravam “outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração.” (LUCA, 2008, p.150)

Intensificaram-se as edições sucessivas e as folhas vespertinas que pretendiam dar conta do que se passara no dia. A importância conferida a publicidade é igualmente fator essencial relacionado a configuração dessas grandes empresas. Cohen lembra que

a presença da propaganda em jornais e revistas abria novas perspectivas para ambos os lados: para a imprensa como suporte econômico; para a indústria como veículo de ampliação do número de consumidores. Efeito de mão-dupla que ampliou o papel transformador da imprensa numa sociedade que se constituía em novo patamar, com o advento da República e do novo século. (2008, p.106)

Ao oferecer um produto atrativo, veiculado ao mercado leitor, a imprensa periódica foi campo privilegiado pela lógica da sociedade capitalista, oferecendo possibilidades de consumo no mundo moderno (COHEN, 2008, p.107). Eleutério, refere que, otimizada pela conjuntura favorável, a imprensa, encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas

relações de mercado no setor.

Logo, aquela imprensa periódica resultou em segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. (2008, p.83-84)

Cohen (2008, p.104-105) e Eleutério (2008, p.85), apontam para o tripé indispensável que sustentou essa empresa editorial que se levantava: a crescente economia urbano-industrial pela qual passava o país em junção com a modernização técnica e ampliação do público leitor. Todavia, como assegura Luca (2008, p.156), o florescimento dessas novas empresas tinha limites. Havia a tentativa de assegurar novas assinaturas e potencializar a venda dos periódicos levando o produto mais próximo ao consumidor, como em bondes, trens, bares e restaurantes.

No entanto, os leitores em potencial eram poucos. No recenseamento de 1890 apenas 15% da soma total da população eram alfabetizadas, porcentagem que se elevou em 1900 para 25%, não sofrendo significativa alteração em 1920. Ainda como exposto pela historiadora, no ano de 1920 “o estado de São Paulo, cujas reformas na escola primária chegaram a ser consideradas um modelo para o país, então ostentava o índice de 70% de iletrados, valor que declinava a capital para 42%.” (2008, p.156)

Luca sintetiza a situação com depoimento de Olavo Bilac, do início do século XX,

O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a certo número de pessoas que nos desconheceriam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal vêem limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê? [...] E por que não lê? Porque não sabe! (BILAC, apud LUCA, 2008, p.156-157)

Esses novos empreendimentos disputavam um círculo diminuto de leitores que significavam tanto recursos como maior influência nas causas defendidas. Afinal, mesmo equivalendo-se a empresas, os jornais “não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo.” (LUCA, 2008, p.158)

Assim, vários órgãos da grande imprensa diferenciavam-se por suas opiniões conflitantes, como o jornal de oposição na capital paulista, *O Estado de São Paulo* (1875), desde 1897 sob direção de Júlio de Mesquita. Conforme Luca (2008, p.162), a despeito

de sua atuação institucional, posto que exerceu vários cargos públicos², ele procurava manter o jornal independente, sem compromissos com agremiações ou figuras políticas.

Tal fato deve-se a cartilha liberal seguida por Júlio de Mesquita. Para ele, a liberdade frente aos poderes estabelecidos era essencial para o livre cumprimento da crítica e indispensável para o exercício democrático, todavia:

análises a respeito da trajetória do jornal bem evidenciaram os limites e as ambiguidades desse apregoado liberalismo, cuja fidelidade flutuava ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante dos riscos efetivos de transformações sociopolíticas mais profundas (LUCA, 2008, p.162).

Jornal lançado em 1875, denominado até a transição para a República, *A Província de São Paulo*, foi resultado, segundo Eleutério, de aliança entre as elites rurais e a então burguesia ascendente,

amparado em sólidos capitais, conjugou a ideologia elitista das classes dirigentes com um veio de defesa do cidadão. Marcado pelo arrojo dos avanços técnicos, o jornal garantiu seu lugar como um dos principais veículos de comunicação de São Paulo e mesmo do Brasil, durante a maior parte do século XX. (Eleutério, 2008, p.88-89)

Constatamos no jornal *O Estado de São Paulo*, características que exemplificam a transição pela qual passava a instituição jornalística. Instigado a aumentar seu mercado potencial de leitores, Júlio de Mesquita, assim como outros empresários do segmento, utilizavam-se dos meios disponíveis para superar os limites impostos para seus empreendimentos. Como iniciou sua carreira no jornalismo na década de 1880, Mesquita presenciou as modificações estruturais pelas quais a imprensa passou.

A forma como ele gerenciava o *Estado de S. Paulo*, matutino que, ao longo da década de 1910, firmou-se como um dos mais importantes do país, pode ser considerada paradigmática. Tido pelos contemporâneos como dinâmico, ágil e capaz de inovar, Mesquita esteve sempre atento à inovação tecnológica. (...)Em meados de 1890, *O Estado* importou a sua primeira impressora do tipo *Marinori*; seis anos depois o jornal anunciava a compra de uma nova máquina, agora rotativa. Em 1908, foi reformado todo o material tipográfico, passando a composição a ser executada por meio de linotipos e adquirida outra máquina, uma *Albert* [...] Nesse momento a tiragem do periódico atingia a casa dos dezoito mil exemplares, o que significava que, uma vez composto, a sua impressão consumia menos de uma hora. (LUCA, 1998, p. 37)

² Vereador em Campinas em 1887, cidade em que nasceu; deputado federal por São Paulo em 1892; deputado estadual nos anos de 1891, 1894, 1898 e 1910; senador estadual em 1912; líder na Câmara paulista em 1892 e 1917; integrante da comissão executiva do PRP de 1892 a 1894 e em 1896; tomou parte ativa nas cisões do partido e esteve entre os fundadores do Partido Democrático.

Em 1913 foram inauguradas novas oficinas e o escritório da redação; três anos mais tarde, em 1916, nova sede administrativa com um teatro de porte pequeno, o Boa Vista. Com a modernização estrutural, os impressos tiveram redução de valores, melhor qualidade gráfica, dinamização da distribuição³ e aumento ascendente do número de páginas e tiragens. Sobre esse aspecto, em 1886 a tiragem resumia-se a 3 mil e 500 exemplares, passou para 10 mil em 1896, aumentou para 18.000 em 1908, 35 mil em 1912, 45 mil em 1916 e em 1917 alcançou 52 mil exemplares. (LUCA, 1998, p. 37)

Entretanto, frisamos novamente que, as transformações ocorridas na imprensa na virada do século XIX para o XX, foram possibilitadas por determinado momento na história do Brasil. Como afirma Luca, “não se deve perder a necessária perspectiva que individualiza e dota de especificidade um determinado contexto histórico.” (2008, p.155)

A seguir, abordamos determinadas características dos profissionais que fizeram parte desses empreendimentos, com ênfase em Júlio de Mesquita. Conforme Capelato, a imprensa é uma forma de controle e um meio de intervir na vida em sociedade. Nas páginas da imprensa deparamos com personagens e ideias, assim, “a categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.” (CAPELATO, 1994, p.21)

2.1.2 - A objetividade jornalística na grande imprensa no início do século XX.

Uma vez alterado a estruturação e distribuição interna do conteúdo, acumularam-se as seções dedicadas ao esporte, assuntos policiais, vida social e cultural, crítica literária e outros. Novas formas de fotoquímica trouxeram a ilustração em definitivo aos diários. Houve divisão do trabalho e especialização. Repórteres, desenhistas, fotógrafos, articulistas, redatores, revisores passaram a fazer parte do rol de elaboração dos periódicos, como esclarece Tania Regina. Porém, a mudança de maior significado, segundo ela, foi o declínio da doutrinação em prol da informação. “Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a 'verdade dos fatos'. (2005, p.138)

Até a primeira metade do século XX, Capelato aborda relações de igualdade entre

³ Acerca desse assunto, ressaltamos que o estado de São Paulo, que passou por um crescimento demográfico a partir da década de 1880, contava com ampla e eficiente rede ferroviária que permitia que os matutinos chegassem no mesmo dia de sua publicação a todo a área desse Estado e mesmo regiões vizinhas. (LUCA, 1998, p. 37)

os jornalistas e os historiadores adeptos ao positivismo. Para a autora, a matéria-prima de ambos residia no culto à objetividade e na concepção de fato-verdade.

O culto se inicia no século XIX, que foi uma grande época para os fatos, segundo E.H. Carr. Nessa '*belle époque*' factual o fetichismo do fato se complementava com o fetichismo do documento 'sacrário do templo dos fatos'. O historiador respeitoso aproximava-se deles, de cabeça inclinada e dizia em tom reverente. 'Se está no documento é verdade'. Esse mito se estendeu para o documento-jornal, dando origem à crença: 'deu no jornal, é verdade'. (1994, p.22)

Todavia, atenta Capelato, atualmente o historiador dessacralizou os fatos e não mais admite que sejam a base da objetividade, afinal, não são naturais e sim produzidos. Existem muitas verdades no lugar de apenas uma. Assim, o culto mítico foi questionado no campo da história e igualmente no campo da imprensa. “A maioria dos jornalistas admite hoje que o fato jornalístico é construído sendo, pois, a objetividade relativa.” (CAPELATO, 1994, p.22)

Na produção do fato jornalístico, continua, influenciam não somente elementos subjetivos de quem o elabora, mas acrescenta-se a isso os interesses dos jornais. Hoje, compreende-se que jornais e revistas não são obras solitárias, mas o conjunto de indivíduos envolvidos em um projeto coletivo e que possuem ideias, valores e crenças que pretendem expandir com a escrita, como expõe Luca (2005, p.140). Contudo, no período que abrange nosso estudo, jornalistas como Júlio de Mesquita e Ruy Barbosa, enfatiza Capelato (1994, p.59), buscavam a verdade como ideal.

Ao tratar sobre os males da imprensa, Mesquita “denunciou os chantagistas da política e os que se vendiam aos governos para elogiá-los incondicionalmente.” (CAPELATO, 1994, p.59). Mesquita tinha como pretensão defender: “o quarto poder, enfraquecido por 'atitudes desprezíveis'. A imprensa, há séculos considerada como um 'tribunal superior a todas as cortes de justiça reunidas', curvava-se aos governantes ao invés de vigiá-los e denunciar seus atos.” (CAPELATO, 1994, p.59)

Cabe explicar por qual razão o jornalista criticou seu próprio segmento. Chegava a ser tendência, como cita Luca (2008, p.164), nas décadas iniciais do século XX, momento de transição e percalços para a grande imprensa, políticos “assegurarem os aplausos” da imprensa com o tesouro nacional⁴. Conforme exemplifica Sodré, diferentemente do que acontecia no século XIX, “é agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um

⁴ Citamos o ex- presidente Campos Sales que afirmou guardar parte da verba governamental para comprar a opinião de alguns órgãos da imprensa. (LUCA, 2008)

jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.” (1966, p.315)

Segundo Luca, além da persuasão dos favores governamentais, por vezes essenciais “para a saúde financeira de uma imprensa-empresa que enfrentava, do ponto de vista comercial, limites estruturais para sua sustentação” (2008, p.164), os poderes constituídos recorriam sempre que necessário, a meios de controle do conteúdo dos periódicos, que iam da arbitrariedade à medidas de força⁵.

Para além da busca da verdade, era manifesta, em jornalistas como Mesquita, a crença na capacidade de formar opiniões. A *Revista do Brasil* (1916-1925) sob sua direção até 1918, é um exemplo claro. Quando os efeitos da Grande Guerra chegaram ao Brasil, agravando a economia, cristalizando a questão nacional e expandindo o debate acerca da nacionalidade, as revistas literárias⁶ passaram a conter artigos de origem variada com espaço à exposição de ideias e ao debate político:

menos comerciais que as revistas de variedades, reuniam grupos diversos de intelectuais que percebiam na prática jornalística a dimensão de formação de opinião pública, instrumento adequado para uma ação transformadora. [...] capas discretas e monocromáticas, publicidade escassa e temas variados eram suas características comuns. (COHEN, 2008, p.108-109)

Dentre as iniciativas bem sucedidas está a *Revista do Brasil*, fundada em São Paulo, com explícito objetivo de construir um núcleo de propaganda nacionalista, conforme editorial de apresentação (COHEN, 2008, p.108). A linha editorial da revista mostrava a construção do discurso sobre a identidade da nação e fórmulas objetivando o ordenamento social. Em torno de seu diretor, Mesquita, a intelectualidade elaborou diagnósticos e apresentou soluções para a nação, aliando a prática da reflexão a fórmulas de reordenamento social.

Como esclarece Tania Regina, “longe de se limitar a uma atitude contemplativa, os intelectuais ansiavam por influir nos destinos do país, apontar caminhos, forjar políticas de ação”(1998, p. 41). Julgando-se os únicos capazes de interpretar corretamente o mundo, lhes era óbvio que dispunham de competência necessária de sintonizar o Brasil com seus

⁵ Desde o início da República, em 1889, instauraram-se medidas de prevenção contra ideias difundidas pela imprensa. Em 1923, foi promulgada a lei de imprensa. (LUCA, 2008)

⁶ “os laços profundos entre jornalismo e literatura tiveram como um dos efeitos mais profícuos o lançamento de um sem-número de revistas denominadas 'literárias' mas que de fato ultrapassavam esse escopo[...]. Os diversos círculos intelectuais formavam-se em torno dos homens de letras que, por volta do final do século XIX, combinavam a atividade literária com o emprego em jornais e revistas.” (COHEN, 2008, p.107)

verdadeiros valores. Para a historiadora,

a publicação fora concebida enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir. (LUCA, 1998, p. 47)

Enquanto diretor da *Revista do Brasil*, Mesquita escrevia semanalmente, para o periódico de sua propriedade, a fonte abordada no segundo capítulo – os *Boletins Semanais* da guerra. Esperamos assim, a partir desse documento, demonstrar como esse jornalista buscava a verdade e acreditava poder, mediante a escrita, formar opiniões e conduzir os rumos da nação.

2.2 - A IMPRENSA BRASILEIRA E A GRANDE GUERRA.

Para Sidney Garambone, na falta de literatura pertinente e história oral considerável⁷, encontramos na imprensa do período⁸ importante fonte primária para o conhecimento histórico.

Não havia internet. Nem televisão. Nem rádio. Havia silêncio, charretes, prosa na esquina, bondes e traje obrigatório. Na década de 10, o brasileiro da nascente classe média urbana vestia gravata, terno engomado, chapéu e saía às ruas atrás das novidades. (2003, p.21-22)

Segundo censo da época os brasileiros chegavam a 26 milhões⁹ e presenciavam à crise do café e o surgir da industrialização. Os poucos que liam podiam seguir o noticiário pelos jornais. “Não havia outro veículo de comunicação de massa [...] a imprensa escrita era a única voz que ecoava a opinião pública das ruas ao mesmo tempo em que formava essa mesma opinião.” (GARAMBONE, 2003, p.22-23)

Na década de 1910, momento da eclosão da Primeira Guerra Mundial, cabia tão somente à imprensa escrita a função de transmitir aos leitores notícias que cobriam o conflito iniciado na Europa. Para Garambone, nas entrelinhas das reportagens e mesmo em editoriais persuasivos, percebia-se a tentativa de influenciar a tomada de decisão do Poder Executivo quanto a entrada ou não do país na guerra.

⁷ É notável para o autor a falta de bibliografia sobre o tema. Já a história oral fica em parte impossibilitada devido a distância temporal. (GARAMBONE, 2003, p.20)

⁸ Cujas modificações abordamos anteriormente.

⁹ Na capital federal a população chegava a um milhão e meio de habitantes.

Se hoje grandes questões e plebiscitos tomam páginas e páginas, minutos e minutos da imprensa escrita, falada e televisionada, é fascinante imaginar o frisson que tomou conta da população da época, acostumada a tempos e tradição de paz, quando confrontada com o seguinte dilema: o Brasil deve entrar ou não na guerra? (GARAMBONE, 2003, p.25)

Se para o autor não é possível atribuir causalidade entre a entrada do Brasil no conflito e a influência dos editoriais da imprensa, deve-se considerar a ideia da força da mesma em influir decisões. Acompanhar na mídia da época

da notícia do fato político-militar e de sua imediata repercussão nas páginas permite observar o grau de influência que a imprensa brasileira teve no desenrolar dos acontecimentos que envolveram diretamente o país em um dos episódios mais sangrentos do século XX. (GARAMBONE, 2003, p.30)

Devido ao conflito, houve um nascer, segundo o autor, da interação entre comunicação de massa, esfera pública, poder e opinião pública. O cidadão comum se viu, pela primeira vez, interessado por assuntos internacionais.

A dinâmica da guerra, as variações táticas entre vitoriosos e derrotados, o número de mortos, os parentes envolvidos no *front*, o redesenho mundial e expansionista proposto e defendido pelas Potências Centrais atraíram para a esfera do poder segmentos da elite ainda sem influência significativa. (GARAMBONE, 2003, p.34)

Entre esses segmentos encontra-se uma imprensa acompanhada pelo nascimento de um jornalismo mais profissional, “menos provinciano e consciente da diferença entre os espaços destinados a noticiário, nos quais reportava o acontecido, e a editorial, em que se opinava sobre o acontecido.” (2003, p.34-35)

Esses novos meios de fazer jornalismo se refletem na cobertura da Grande Guerra. Em detrimento das informações vindas a partir de diplomatas que mandavam artigos sobre fatos no exterior, Garambone explica que, a partir de então, generalizou-se o recurso a agências internacionais nesses novos empreendimentos.

A qualidade da notícia muda de um extremo a outro. Apesar da vantagem de um diplomata em missão no exterior ser capaz de escrever um artigo com viés brasileiro e, por assim dizer, 'traduzir' e 'filtrar' o que realmente interessaria ao leitor médio, era inegável que se tratando de um diplomata, o texto viria formatado, mesmo que inconscientemente, de acordo com as diretrizes do Itamaraty. A isenção era praticamente impossível. (GARAMBONE, 2003, p.41)

As agências de notícias colaboraram para uma mudança no conteúdo dos periódicos e, conseqüentemente, para uma imprensa mais crítica e independente

(GARAMBONE, 2003, p.41). A Agência Americana e a Agência Francesa Havas figuram entre as que mais supriram os grandes jornais brasileiros, mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro.

Todavia, já no início do conflito, enquanto alguns jornais se mantinham na tentativa da imparcialidade, outros tomavam partido por um dos lados beligerantes. Afinal, como já exposto, as empresas jornalísticas não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica. (LUCA, 2008, p.158)

Mendonça, tal como Garambone, afirma o papel da imprensa escrita brasileira enquanto elemento vital para a formação da opinião pública. Conforme o autor, uma das primeiras atitudes do governo britânico tão logo declarou guerra à Alemanha, foi mandar cortar os cabos submarinos de comunicação do Império Alemão com os países além-mar. Outra importante decisão tomada pelos Aliados no decorrer do conflito foi divulgar a propaganda anti-germânica, com o

financiamento dos meios de comunicação como instrumentos para a catequese dos neutros. [...] a publicação diária e contínua de matérias tendenciosas, de propagandas e de artigos sob encomenda tornou a guerra da Europa assunto corrente na sociedade brasileira. Entorpecida por campanhas promocionais, matérias jornalísticas, panfletos, cartazes, canções patrióticas, cerimônias, comemorações, desfiles e comícios, a opinião pública perdeu paulatinamente sua capacidade de exercer o papel cívico da crítica consciente. (MENDONÇA, 2008, p.31)

Caracteriza-se, desta forma, a crucial pertinência da imprensa escrita no decorrer do conflito no Brasil. A seguir iniciaremos a apreciação da nossa fonte de análise.

2.2.1 - Boletins Semanais – Fontes de informações e elaboração.

No dia 6 de Agosto de 1914, Júlio de Mesquita, então com 52 anos, escrevia seu primeiro *Boletim Semanal* sobre o conflito iniciado em território europeu. Como assegura Jorge Caldeira (2002, p.30), embora Mesquita não assinasse a coluna sobre a guerra ela era inteiramente de sua autoria¹⁰. Quando, por algum motivo não tinha como escrevê-las, as publicações eram suspensas até poder retomá-las¹¹. Até 14 de Outubro de 1918,

¹⁰ Para Júlio de Mesquita, “um texto sem assinatura valia muito mais que outro assinado; enquanto esse último trazia sempre uma opinião pessoal, o anonimato permitia construir textos que fossem de uma instituição, e por isso mesmo mais valiosos. Representariam o jornal todo, não apenas um de seus membros.” (CALDEIRA, 2002, p.24).

¹¹ Durante os quatro anos de guerra, os boletins deixaram de ser veiculados cerca de 15 segundas-feiras.

foram impressos o total de 197 boletins, com cerca de três páginas cada um.

A coluna era veiculada sempre às segundas-feiras, e o objetivo era, segundo ele, esclarecer aos leitores os fatos relevantes da guerra ocorridos na semana anterior, abordando principalmente os aspectos: militar, político, econômico e social. Como exemplo, ele comentava as batalhas na frente oriental e ocidental, quais as forças que foram mobilizadas, as tecnologias utilizadas, quais os reveses das batalhas, os generais que as comandavam. Também como andavam as negociações de paz entre os países, os empréstimos realizados, as dificuldades de suprimentos, dentre outros temas.

Para elaborar os boletins e dar conta da finalidade abrangente da coluna, Mesquita coletava informações relacionadas à guerra européia em jornais e revistas internacionais¹² recebidas via correio; mas, principalmente de agências telegráficas internacionais que abasteciam a redação d'O *Estado*. As informações eram analisadas pelo autor, que selecionava para os boletins as que julgava mais próximas a verdade que, desde o início da conflagração, segundo seu critério, eram os informes provenientes dos países Aliados. Mesmo ciente de possíveis censuras e parcialidade que essas informações poderiam conter, elas eram, segundo ele, menos apaixonadas que as originárias dos Impérios Centrais. Em fins de 1914, escreve,

Não diremos que em Paris e Londres não se trabalha pelo prestígio da França, da Inglaterra e dos seus Aliados, e que as notícias, que de lá se espalham pelo universo, não se ressentem desse natural esforço. Ressentem-se; mas nem por isso perdem o seu caráter de informação, que é o que procuram jornais como o nosso. Por isso as preferimos. Apareçam outras ainda mas insuspeitas na intenção e mais rigorosamente verdadeiras, e serão essas as que adotaremos. (MESQUITA, 2002, p.131)

A antipatia contra as informações alemãs e a simpatia declarada de Mesquita para com os países Aliados, desde a invasão da Bélgica pelos alemães, suscitaram críticas da comunidade germânica ao periódico. A resposta de Mesquita aos críticos podem ser lidas nas próprias páginas dos *Boletins Semanais*. Quatro meses após o início da beligerância, lemos que,

Não falta quem atribua à má vontade de *O Estado* contra os alemães, ou pelo menos à parcialidade, o fato de nos guiarmos nestes despreziosos comentários pelas informações recebidas de Paris e, principalmente, pelas

¹² Entre alguns nomes de revistas e jornais que serviam de fonte de informação para Júlio de Mesquita, encontramos, a partir da leitura dos boletins, *Morning Post* (Londres); *Gazeta de Frankfurt*; *Temps* (suiço); *Bayerische Tageszeitung* (Baviera); *A Tribuna* (Madri); *Petit Journal*; *Norddeutsche Allgemeine Zeitung* (alemão); *Westminster Gazette*; *Écho* (Paris – voltado a assuntos militares); *Vossische Zeitung*; *New York Herald* (americano).

que dia a dia o governo francês fornece ao mundo. Atribuir a *O Estado* má vontade contra os alemães é injustiça. *O Estado* não nega as suas simpatias pelos Aliados, mas já disse, e repete, que a essas simpatias não corresponde nenhuma antipatia pelos súditos do Kaiser, cujas excelentes qualidades de raça e de educação intelectual, comercial e industrial não tem cessado de enaltecer. (2002, p.129)

Por outro lado, ele considerava que,

As notícias de Berlim só nos falam de vitórias dos alemães. As de Paris e Londres, não raro se referem a reveses dos Aliados. De Berlim não há informações. Em Berlim faz-se, exclusivamente, propaganda da imensa, da invencível força alemã. (2002, p.129)

Suas explicações e a explícita tentativa de não criar inimizades com alemães e seus descendentes não surtiram efeito. *O Diário Alemão*, porta-voz da colônia alemã na cidade (LUCA, 1998, p.39), tomou medidas contra o jornal, entre as quais encetou campanha para que os anunciantes alemães da capital do estado de São Paulo boicotassem o adversário. Uma vez que boa parte dos lucros d'*O Estado* vinham de anunciantes e leitores dessa etnia, a medida afetou diretamente a parte financeira do periódico. Como explica Jorge Caldeira,

a combinação da retração natural dos negócios (devido ao início a guerra) com o boicote produziu uma devastadora redução do faturamento publicitário. As vendas de anúncios, em relação a 1913, apresentaram uma queda de 21% em 1914, e de 32% no ano seguinte. Esta queda, combinada com um aumento de 15% nos custos do papel, corroeu todo o lucro do jornal, já em 1914. Na entrada de 1915, apesar de cortes em vários setores da empresa, a situação se tornou crítica. (2002, p.31)

O Diário também acusou o concorrente de receber subvenção inglesa. Todavia, Mesquita processou o periódico alemão e, pela justiça foi comprovado que a maior parte da renda publicitária era originária de firmas alemãs. E que, ao deixarem de anunciar no jornal, causaram danos financeiros ao mesmo. Em 1916, Plínio de Barreto, advogado defensor, venceu o julgamento que condenou o diretor da folha germânica a dois meses de prisão (LUCA, 1998, p.39). Ao contrário, porém, do que se poderia esperar diante das dificuldades econômicas, Mesquita não voltou atrás na sua posição pró-Aliados¹³.

Mesmo simpático a um dos blocos beligerantes, o jornalista fazia questão de frisar

¹³ E a queda nos lucros não implicou a retração das atividades empresariais da família Mesquita. Visando atrair leitores da comunidade italiana de São Paulo e angariar adeptos a causa do jornal, em maio de 1915, "foi lançada a edição noturna d'*O Estado*, logo batizada de *Estadinho*, que destinava-se, inicialmente a noticiar os acontecimentos do conflito, dedicando, porém, especial atenção à participação italiana." (LUCA, 1998, p. 39)

que isso em nada interferia na elaboração dos *Boletins Semanais* cuja meta era esclarecer os leitores sobre a guerra de forma mais objetiva possível. Júlio de Mesquita sempre reiterou que as notícias da coluna eram elaboradas acima da polêmica e de discussões apaixonadas o que, aparentemente, conferia credibilidade à publicação (MESQUITA, 2002, p.685).

Se, do início ao fim da conflagração, o autor criticou as informações dos Impérios Centrais devido ao seu excesso propagandista, igualmente a Agência francesa Havas¹⁴ tornou-se alvo de críticas acirradas, evidenciando seu anseio por informações neutras. No decorrer do conflito, a demasiada parcialidade da agência, a deficiência telegráfica, os altos custos cobrados pelas transmissões, passaram a incomodar o jornalista.

Em Junho de 1915, escreve, “a Havas, que não é como a Wolff¹⁵, uma agência de propaganda, mas de informação, e se por vezes, naturalmente, pinta com cores demasiado vivas os feitos dos Aliados, em compensação não oculta os seus reveses.” (MESQUITA, 2002, p.216). Um ano depois, entretanto, há uma clara mudança de postura. Com um tom áspero, Mesquita expõe,

Em Julho de 1914, e ainda em princípios de Agosto do ano fatal, publicávamos nas colunas dos nossos telegramas os da Wolff e os da Havas. Os da agência alemã custavam-nos pouco mais da taxa da transmissão. Os da agência francesa eram, como sempre foram, caríssimos, porque a Havas sabe valorizar as informações que distribui pelos seus assinantes. Em meados de Agosto abandonamos a neutralidade que assistimos ao erguer do pano para a imensa tragédia, e não ocultamos as simpatias que, em nossa alma de latinos, despertava a heróica resistência da Bélgica e da França. Os alemães boicotaram-nos. Estavam no seu direito. Todos os direitos lhes concedemos, menos o de caluniarem-nos. A agência Wolff despediu-se das nossas colunas. Que havia de fazer a Havas, agência francesa? Minorar os prejuízos a que, por amor da causa da França nos expusemos? Não. A Havas nem deu por isso, como lhe cumpria, ou, se deu, o seu ulterior procedimento é tão ilógico que descamba para o incompreensível. A Havas, agência francesa, em vez de acudir em socorro da imprensa brasileira, amiga da França, sobrecarregou-a com 50% da comissão que nos cobrava! Tributo a nossa espontânea e desinteressada dedicação, e nós tivemos que sujeitar-nos a esse odioso tributo, porque além do mais, ela tem na América do Sul o monopólio da informação pelo telégrafo. [...] Dir-se-á que

¹⁴ As agências surgiram em meados do [século XIX](#), com a fundação da primeira agência, a [Havas](#), por [Charles-Louis Havas](#) em [1835](#). Sediada em [Paris](#), a Havas enviava as principais informações e notícias do exterior por telegramas para os jornais, que pagavam por esse serviço. A Havas acabaria se tornando a atual [Agence France-Presse \(AFP\)](#). <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%Aancia_de_not%C3%ADcias>

¹⁵ Em [1849](#), o empresário, Bernard Wolff, fundou a [Wolff](#), que se tornaria a agência principal da Alemanha. A Wolff deu origem à atual [Deutsche Presse-Agentur \(DPA\)](#). <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%Aancia_de_not%C3%ADcias>

a Havas teve em vista melhorar seu serviço. Não é crível. O serviço da Havas, como dia-a-dia os nossos leitores verificam, em vez de melhorar, piorou. Só se preocupa com a guerra. De outros fatos, alguns importantíssimos e que com a guerra se relacionam, quase nada nos diz. (MESQUITA, 2002, p.433)

Mesmo insatisfeito com os serviços prestados pela Havas, e criticando-a abertamente aos leitores da coluna, as informações da agência francesa continuam a figurar nos boletins, mesmo que complementadas com outros meios, como jornais, revistas e mesmo mapas. Apenas nos anos finais da guerra, outras agências telegráficas passam a ser utilizadas na coluna d'O *Estado*. Estabelecida a concorrência, o jornalista enaltece o fato em fins de 1917,

a concorrência está estabelecida. A United Press¹⁶ informa pelas colunas do *Imparcial* e, nas nossas próprias colunas, a Americana, a modesta agência brasileira, com os seus fracos recursos, não raro acende luzes na treva em que a Havas nos deixaria se apenas por ela nos tivéssemos que guiar. (MESQUITA, 2002, p.756)

A britânica Reuter¹⁷ também passou a figurar como fornecedora de informações sobre a guerra na coluna de Mesquita. Para ele, a Reuter era “agência inglesa, comedida e cuidadosa, segura nas suas informações” (MESQUITA, 2002, p.801). Igualmente digno de crédito para o jornalista eram as notícias recebidas, às quintas-feiras, via consulado britânico no Rio de Janeiro. “Do telegrama do consulado inglês, que continua a ser, sem custar um vintém à imprensa, o que se lê com mais proveito, em todos os sete dias que passam.” (MESQUITA, 2002, p.788)

Na tentativa de esclarecer a origem das fontes informativas que Mesquita utilizava para elaborar os boletins, verificamos que cada jornal ou revista recebida ou, ainda, cada agência telegráfica merece um estudo à parte. Todavia, digno de nota nesse momento é que Mesquita primava por informações oficiais vindas dos países Aliados.

2.2.2 – Júlio de Mesquita e o apoio aos países Aliados.

Para compreender melhor o posicionamento imediato de Mesquita junto ao grupo d'O *Estado*, ao lado dos países Aliados, e, futuramente, seu posicionamento sobre a

¹⁶ [Agência de notícias](#) internacional, fundada em 1907, com sede nos [Estados Unidos](#).

¹⁷ Em 1851, um sócio da Havas, o alemão naturalizado britânico, Julius Reuter, deixou a empresa para fundar a nova agência em Londres, a [Reuters](#).

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%Aancia_de_not%C3%ADcias>

entrada do Brasil na guerra, precisamos considerar que o jornalista era convicto que a Alemanha era regida por um governo autoritário e militarista. Esse sistema político, segundo Mesquita, suprimia a liberdade individual perante o poder do Estado e era contrário aos princípios que pleiteou durante sua vida pública.

Desde a infância o proprietário do periódico teve acesso a preceitos republicanos. Filho de comerciante português que imigrou para Campinas em meados do século XIX, Júlio de Mesquita estudou no colégio Culto à Ciência, fundado por republicanos locais. Aos quinze anos de idade ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Como assevera Jorge Caldeira,

Entrou no curso já como republicano convicto, e saiu dele como um republicano radical. Além de participar dos grupos de discussão (no Clube Republicano Acadêmico, era colega de Alberto Salles, Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Pedro Lessa e Afonso Celso, todos políticos republicanos importantes) e da confecção de pequenas publicações partidárias, frequentava a Charutaria Kling, onde se reuniam os abolicionistas mais radicais da cidade, organizadores do grupo dos Caifazes, que promovia rebeliões em senzalas, enfrentava capitães-do-mato, escondia os foragidos e dava proteção jurídica a tudo isso. (2002, p.23)

Após se formar como advogado em 1884, sua luta pelo abolicionismo e por mudanças na política se acentuaram. Já com a instauração do novo regime no Brasil, em 1889, foi secretário do primeiro governo republicano paulista, deputado estadual, deputado federal, senador estadual (CALDEIRA, 2002, p.23). Adepto de um governo em que as pessoas possuíssem autonomia para participar da vida política e manifestar suas opiniões, o jornalista justificou-se contra os Impérios Centrais em Dezembro de 1914,

O Estado simpatiza com os Aliados, não porque antipatize com os alemães, mas porque diverge visceralmente da política autoritária e militarista que desviou a Alemanha da sua luminosa missão e produziu essa guerra odiosa. Contra essa política, sim, temos toda a má vontade, onde quer que ela se implante ou firme, na Alemanha ou em outro qualquer país, inclusive o nosso. (MESQUITA, 2002, p.129)

Conforme depreendemos dos *Boletins Semanais*, a guerra, para Mesquita, era uma luta de princípios opostos. Para ele, em um dos blocos estavam países que prezavam pela liberdade do indivíduo enquanto no outro bloco os indivíduos haviam aberto mão de sua autonomia em prol do Estado autoritário. Lemos em janeiro de 1915,

O alemão do século XX é a perfeição da disciplina: o indivíduo renunciou, em bem do Estado, até à última molécula de sua autonomia. Desde que o Estado fala por seus legítimos órgãos, o indivíduo não discute, não

examina: crê e obedece. (2002, p.139)

No entanto, a visão que tinha dos Aliados era bem diferente, quase apologética,

Vivam os individualistas! É deles que nos vem a vida, é com o auxílio deles que vamos criando e aumentando a nossa força e o nosso prestígio. Povos individualistas são os que, como se sabe, não se escravizam à onipotência e onisciência do Estado. São o que, mesmo nas suas crises supremas, não vão até ao abandono total dos seus foros. São os que exigem que, em caso algum, o Estado os aniquile. [...] São os ingleses, são os franceses e, por dever da aliança, também são agora os russos selvagens. (2002, p.142)

Em fevereiro do mesmo ano há uma passagem igualmente significativa para exemplificar a visão de Mesquita sobre o conflito: “a guerra é do pangermanismo absorvente contra a sagrada autonomia das nações, do militarismo contra o civismo, do despotismo contra a liberdade, da barbárie contra a civilização, da *Kultur* contra a cultura.” (MESQUITA, 2002, p.155)

No frescor da guerra, Mesquita entendia que os ideais pelos quais sempre lutou estavam em jogo, corriam perigo. Portanto, para ele, nada mais justo que os Aliados os defendessem como conviesse para reestabelecer rapidamente a paz, afastando o perigo da política germânica. Um dos atos cometidos pelos ingleses e justificados na coluna d' *O Estado*, justamente por atingir mais depressa esse objetivo de paz, foi o bloqueio comercial e marítimo empregado contra a Alemanha pela Grã-Bretanha. Segundo Eric C. Hobsbawm, “os britânicos fizeram o melhor possível para bloquear os suprimentos da Alemanha, ou seja, matar de fome a economia e a população alemãs.” (1994, p. 36)

Mesquita estava ciente do poder dessa arma invisível - mas presente pela ausência de matérias primas e alimentos no cotidiano dos civis. A título de exemplo, em fevereiro de 1915, ele escreve aos leitores,

É o seu maior e melhor triunfo nesse lance decisivo de vida ou de morte em que se empenhou. É a sua arma mais poderosa e mortífera, porque é a que toca o ponto mais fraco e vulnerável do inimigo. A Inglaterra, evidentemente, está fora das leis e dos usos e costumes da guerra. Não era preciso que alguém lho dissesse. Ela bem o sabia, e é forçoso reconhecer que não peca por falta de habilidade e de lógica a explicação que deu da irregularidade que conscientemente anunciou e em que conscientemente persiste. Alega a Inglaterra que num país tão vasto e militarizado como a Alemanha, é demasiadamente tênue e apagada a linha que separa as forças militares da população civil. (2002, p.161)

Mesmo compreendendo o estrago que o bloqueio poderia causar na população alemã, ele fundamenta a decisão do governo londrino:

[...] torna-se muito difícil observar com rigor as leis e os usos e costumes da guerra, quando se tem pela frente um inimigo que, cada vez mais ostensiva e acintosamente, os não observa. A Alemanha violou a neutralidade da Bélgica. A Alemanha incendiou o Louvain. A Alemanha destruiu a catedral de Reims. A Alemanha fuzilou em massa belgas e franceses desarmados. A Alemanha matou dezenas e dezenas de mulheres e crianças. A Alemanha bombardeou, do mar e do ar, cidades da Inglaterra abertas e indefesas. [...] e como são inegáveis todos os artigos deste tremendo libelo acusatório, não haverá quem não perdoe à Inglaterra as incorreções que ela, na extremidade a que a Alemanha a arrastou e em sua legítima defesa, se vê obrigada a praticar. (2002, p.161-162)

Como esclarece Stefan Chamorro Bonow, as excepcionalidades que envolvem uma guerra possibilitam maior compreensão aos boicotes econômicos perpetrados pelos Estados, como o bloqueio das rotas de comércio e navegação da Alemanha. Contudo,

Reprovável seria tomar com rigor apenas um dos inimigos. É sabido que o tempo e a opinião de muitos condenaram a Alemanha por atitudes que, já com anterioridade, foram qualificadas como repudiáveis pelo conjunto das nações, mas acusações também pesaram contra a Grã-Bretanha¹⁸. (BONOW, 2010, p.283-284)

No entanto, Júlio de Mesquita compreendendo que os países Aliados agiam em legítima defesa, foi austero apenas com um dos blocos beligerantes. Se mulheres e crianças francesas, inglesas ou belgas foram mortas, milhares de civis alemães também perderam a vida com o conflito. A soma das mortes ao final de 1918 é impressionante: oito milhões de soldados, nove milhões de civis, sendo que vinte milhões de pessoas ficaram inválidas. (VIZENTINI, 1998, p.47)

Mas por qual razão especificamente, na concepção de Mesquita, a Alemanha havia empreendido a guerra e porque estava em luta contra a *liberdade*, o *civismo*, a *civilização* e a *cultura* ocidental? Para ele, a humanidade estava sofrendo porque a Alemanha havia deliberado enriquecer e consolidar a riqueza adquirida com a produção delirante de sua indústria. (MESQUITA, 2002, p. 724)

O jornalista tinha certeza que a Alemanha¹⁹ faria o possível para prosperar e expandir pelo mundo sua forma de governo, o qual abominava. Esse medo germânico,

¹⁸ Citamos a título de exemplo a *statutory list*, ou lista negra. Lançada em 1915, visava proibir os súditos britânicos de comercializar com qualquer indivíduo ou firma do inimigo. A medida trouxe sérios problemas à economia interna do país (MENDONÇA, 2008, p.37). (No entanto, Mesquita não se refere a essa lista, nem mesmo nos danos ao comércio entre Brasil e Alemanha e a crise desencadeada na comunidade germânica no Brasil, principalmente industriais, negociantes e comerciantes de varejo. Cf. Sylvia Lenz em 10/9/2013.)

¹⁹ Mesquita acreditava que a Alemanha era o país líder e o mais forte dos Impérios Centrais; supomos que por tal razão os outros componentes do bloco sejam pouco citados. Mas quando o são, o tom é igualmente áspero.

entretanto, não era uma especificidade apenas dele naquele momento histórico. Os intelectuais participantes da Liga Brasileira pelos Aliados²⁰, - muitos deles freqüentantes do círculo social de Mesquita, como Olavo Bilac e Rui Barbosa -, tomando a Alemanha como um país essencialmente imperialista, acreditavam que havia “uma ameaça real de *germanização* e posterior subtração de parte do território brasileiro pelo Segundo Reich, através das colônias alemãs, no que ficou conhecido como *perigo alemão*”²¹. (PIRES, 2012, p.7).

Apenas a vitória dos Aliados afastaria essa situação de risco. Mesquita escreve na coluna de guerra d'*O Estado de São Paulo* no início de 1916: “a Alemanha tem de sucumbir, esmagada pelas ruínas da montanha de projetos colossais que o seu desmedido orgulho concebeu e a sua insaciável ambição quis executar.” (2002, p.359)

Diferente de nós que sabemos o desfecho da Primeira Guerra Mundial, diariamente Mesquita aguardava seu desenlace. Mas mesmo vivendo em período de incertezas, sempre acreditou que Inglaterra, França, Itália, Bélgica e os demais Aliados sairiam vitoriosos da conflagração. Para ele, a vitória dos Aliados era uma questão de fé, que não se discutia (2002, p.335). Em nenhum momento lhe pareceu que o militarismo fosse escapar à punição que merecia e que havia provocado. (2002, p.592)

Se para o jornalista a vitória da Entente era uma questão de tempo, a entrada dos Estados Unidos na guerra, em abril de 1917, veio acelerar o processo. Em uma passagem de abril de 1917, lemos,

atenderam assim os Estados Unidos ao instante pedido de Joffre²², para o qual era urgente, inadiável, esta demonstração de absoluta solidariedade, no fogo das trincheiras, entre os soldados da livre América e os da Europa, que morrem para que o mundo se liberte da opressão iminente do militarismo prussiano. Está a Alemanha solenemente avisada, e que lhe presta se de todo em todo o pangermanismo a não endoideceu, que tem de incluir, em seus cálculos de ambição e domínio, a contingência de inutilizar o esforço de oposição, gigantesco, quase ilimitado, de que os Estados Unidos são capazes. (2002, p.595)

²⁰ Como expões Livia Claro Pires (2012, p. 6), no “seu termo de adesão, divulgado no dia 18 de março de 1915, foi determinado que ‘a Liga pelos Aliados tem por fim prestar o apoio moral e beneficência dos brasileiros e estrangeiros dos países neutros, cujas simpatias na atual guerra europeia sejam pelas nações aliadas, contra a Alemanha, Áustria e Turquia’. Para além de delegar apoio aos Aliados, a Liga Brasileira atuou como meio de cooptação da opinião pública brasileira em direção a esse grupo de beligerantes, tornando-se um instrumento de propaganda aliadófila.” (PIRES, 2012, p. 6)

²¹ Como acrescenta a historiadora, “não foi na Primeira Guerra que a ideia da existência de um ‘perigo alemão’ apareceu no meio intelectual brasileiro. Em 1898, Silvio Romero realizou uma palestra no Real Gabinete Português de Leitura, onde afirmou a periculosidade do imigrante alemão à independência nacional brasileira. (PIRES, 2012, p.7)

²² Joseph Joffre, General francês durante a Primeira Guerra Mundial.

A crença no poderio americano era tão forte que, para ele, a intervenção americana cortou todas as saídas escapatórias da Alemanha, apagou-lhe todas as luzes e lhe tapou o futuro (2002, p.595).

A entrada oficial dos Estados Unidos – então principal parceiro comercial do Brasil-, na guerra foi um marco para o Poder Executivo brasileiro que, depois de anos de neutralidade, viu-se na obrigação de discutir a situação internacional (GARAMBONE, 2003, p. 83-84). Também foi um marco nos *Boletins Semanais*. Desde agosto de 1914, Júlio de Mesquita demonstrou simpatia pela causa Aliada, contudo, não mencionava a entrada do Brasil na guerra até o ingresso americano. A partir de abril de 1917, Júlio de Mesquita, enfático e persuasivo, passa a apoiar um posicionamento oficial do país ao lado dos Aliados.

2.2.3 – A imprensa brasileira e a declaração de guerra do Brasil.

Ao principiar da guerra, nos primeiros dias de Agosto de 1914, o Brasil não tinha qualquer projeção geopolítica ou interesse estratégico na região conflagrada. O país estava distante geograficamente; passava por crises políticas, financeiras e econômicas; tinha instituições militares frágeis e tecnologicamente atrasadas. Assim, inicialmente, restringiu-se à política interna e ao contexto regional sul-americano. Ligava-se as potências européias tão somente por laços comerciais, principalmente a exportação de café e importação de bens manufaturados. Durante quase três anos do conflito, o governo brasileiro manteve sua neutralidade. Contudo, o envolvimento de intelectuais e políticos²³ e a intensa participação da imprensa influenciando a opinião pública brasileira levaram à gradual mudança a favor dos Aliados. (MENDONÇA, 2008, p.29)

Com a entrada dos Estados Unidos na luta, em abril de 1917, os jornais assumem pela primeira vez, na guerra, a função de formadores de opinião pública (GARAMBONE, 2003, p.84), e certamente *O Estado*, de propriedade de Júlio de Mesquita é um excelente exemplo do engajamento da grande imprensa pressionando o poder público a declarar, assim como os norte-americanos, estado de beligerância contra os Impérios Centrais.

Para o jornalista os EUA haviam entrado na guerra ao lado dos países Aliados para, junto a eles, lutar pelos direitos dos indivíduos e acabar definitivamente com o perigo do *militarismo* germânico. Lemos em um dos boletins de abril,

²³ Um exemplo seria a já mencionada Liga Brasileira pelos Aliados.

O valor moral da viril decisão norte-americana dispensa esclarecimentos, ou simples referências, para que o notem, tão patente está e com tanto brilho se impõe à atenção universal. Não há exemplo na História de tão apurada correção²⁴ em transe tão solene. Os Estados Unidos não pegam em armas por quaisquer sentimentos de ambição ou de cobiça: os conselhos e as instigações do egoísmo eram para que a opulenta República cada vez mais se retraísse na paz em que medrava. Os nossos irmãos do norte arriscam o seu sossego interior, [...] e atiram sua fortuna à arena incendiada por amor do Direito e da Justiça. (2002, p.596)

Como esclarece Mendonça (2008, p.39), o presidente norte-americano, Woodrow Wilson, temendo as consequências que a guerra submarina irrestrita causaria ao seu país, acarretando perda de investimentos na Europa e inadimplência dos empréstimos concedidos aos países Aliados, declarou beligerância ao Império Alemão, no dia seis de abril de 1917. Mas, compreendendo Mesquita que os norte-americanos embrenharam-se na guerra, sacrificando-se por amor ao *Direito* e a *Justiça*, da mesma forma os brasileiros estavam dispostos a proceder, segundo ele. Em 16 de abril escreve:

do Brasil sabemos que o povo também está disposto a sacrificar-se até o extremo. Falta somente que os poderes públicos sancionem essa deliberação. Admiramos a lúcida e serena jurisprudência de Clóvis Beviláquia²⁵ mas o juriconsulto popular é Rui Barbosa²⁶. (2002, p.599)

Mais evidente pressão sobre o Poder Executivo impossível. No contexto dessa fala, o governo do Brasil já havia rompido relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha a cinco dias, motivado pelo afundamento do vapor *Tijuca*, em quatro de abril (MENDONÇA, 2002, p.43). Entretanto, como vemos na citação anterior, a medida não era suficiente para Mesquita. Ele entendia que o destino do Brasil naquele momento era

estabelecer solidariedade, a todo o risco, com o grupo dos Aliados. Se eles se salvarem, salvar-nos-emos; se eles perecerem, pereceremos. Acabou o domínio do egoísmo nacional, porque prolongá-lo seria humilhação intolerável a que não se sujeitam senão as nações sem passado e sem direitos a contar com o futuro. [...]

O Brasil não é, no mundo civilizado, quantidade tão miserável e desprezível. Tem tradições e aspirações e pouco importa, para respeitá-las e realizá-las, que revele mais ou menos prudência, contanto que as

²⁴ Esse tema será melhor abordado em trabalhos posteriores. Mas cabe ressaltar que anterior a entrada dos EUA na guerra, Mesquita confere críticas severas aos americanos por sua neutralidade.

²⁵ Nomeado com Consultor Jurídico do MRE em 1906, cargo exercido até 1934, quando foi aposentado pelo governo varguista. cf. wikipédia

²⁶ Adepto a causa Aliada. Entre suas atribuições, participou desde o início da Liga Brasileira pelos Aliados, fundada em 07 de março de 1915. Promoveu manifestações públicas, escritas de petições para apresentação no Congresso Nacional, organizou protestos contra a Alemanha e auxiliou na arrecadação de contribuições para a Cruz Vermelha em auxílio a população francesa. (MENDONÇA, 2008, p. 29-30).

respeite e realize. Nem nos parece inconciliáveis os dois métodos entre os quais o Congresso hesita: ir primeiro para os Estados Unidos e depois com eles para a Europa, ou irmos todos já para o ponto em que os ideais se confundem²⁷, tudo é ir para o dever. Seja por onde for, vamos bem. Outros nos seguirão e ficará definitivamente assegurada no nosso continente uma paz honrosa e digna, em que o nosso trabalho prospere e a América se engrandeça, sem as horríveis e bárbaras carnificinas em que a Europa se enfraqueceu. (MESQUITA, 2002, p.618)

Claro e conciso. A tentativa de orientar o poder público não é mascarado em momento algum. Mesmo o uso da primeira pessoa é utilizado para reforçar os argumentos. Ainda em junho de 1917, cinco meses antes do governo declarar guerra contra à Alemanha, o jornalista já inclui o Brasil no conflito ao lado dos Estados Unidos, portanto, dos Aliados:

Deste lado do oceano, já o Brasil está francamente definido, porque uma aliança com os Estados Unidos, de hostilidades declaradas contra a Alemanha, é, *ipso facto*, uma declaração de guerra à Alemanha, e a aliança estendendo-se a todas as nações que contra ela se agruparam.” (MESQUITA, 2002, p.623)

Na passagem a seguir, o jornalista é ainda mais enfático,

Nós estamos com Rui Barbosa; não nos achamos bem na posição indecisa e suspensa em que nos colocaram acontecimentos que não vimos, altas conveniências que não compreendemos. O que vimos e vemos é que, entre o Brasil e a Alemanha, não há paz: só compreenderíamos que entre as duas nações houvesse guerra. [...] Nós, por enquanto, até agora, ainda não somos nada no conflito quase universal em que quase todos os países, os grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, a Alemanha e a Bulgária, a Áustria e o Montenegro, os Estados Unidos e Portugal, o Japão e a China alguma coisa são, alguma coisa quiseram e puderam ser. Mas não repousa nesta atitude indefinida e indefinível a nossa esperança de escapar ao tributo de sangue que está pagando, às funestas divindades das desarmonias humanas, a gente que, antes de nós e com decisão superior à nossa, se revoltou contra o militarismo prussiano. (MESQUITA, 2002, p.722)

Júlio de Mesquita, junto ao grupo d'*O Estado*, participou de um movimento mais amplo na imprensa brasileira que visava levar o país oficialmente a guerra. Garambone, ao analisar os periódicos o *Correio da Manhã*²⁸ e o *Jornal do Commercio*²⁹, ambos do Rio de Janeiro, nota a mesma pressão sobre os poderes públicos para que o Brasil se

²⁷ Antes de declarar estado de guerra com os Impérios Centrais, o Brasil quebra sua neutralidade em prol dos americanos e a seguir dos Aliados. (MENDONÇA, 2002, p. 39)

²⁸ Fundado em 15 de Junho de 1901, se caracterizou por ser um órgão combativo, de oposição e adepto as causas populares. (GARAMBONE, 2003, p.50)

²⁹ Fundado em 1827 por Pierre François, nobre arruinado pela revolução Francesa, durante toda a sua existência pautou-se por uma orientação conservadora. (GARAMBONE, 2003, p.50)

guiasse pela decisão norte-americana. “‘Não basta revogar a neutralidade, é preciso declarar guerra’, clamava o *Correio*.” (2003, p.91)

Conforme o autor, do ingresso americano no conflito à entrada oficial do Brasil, foram cinco meses de tensão. “Os jornais pressionavam a diplomacia brasileira, o noticiário se ocupava das manobras americanas em continente europeu e a certeza de que o Brasil não poderia se omitir num momento como este.” (2003, p.91)

Para Mesquita, a omissão naquele momento, além de demonstrar um egoísmo incompreensível do governo, significaria que no momento que os Aliados tivessem a vitória definitiva, o Brasil não estaria no rol dos vencedores e teria perdido a chance de ter sua parcela de mérito, conforme boletim de 1º. de outubro,

É assim mesmo; a paz 'rebenta', pode 'rebrantar', de instante a instante, e o Brasil perde a oportunidade de ser, de alguma forma, inimigo de quem não soube prezar, de quem não quis a sua amizade; de revelar-se amigo de seus amigos; irmãos de seus irmãos; nação de prestígio entre as nações; uma força na humanidade. [...] O Brasil, nem carne nem peixe, nem preto nem branco, sem individualidade notória e sem cor já registrada no livro dos grandes apontamentos, deixará de assistir à conferência em que a paz tem de ser discutida. Ficaremos para uma banda, no limbo, que é onde flutuam, tristes, apagadas, sem alento até para gemer, as almas sem batismo e os espíritos sem energia que Dante marcou com alguns dos seus versos mais candentes. (MESQUITA, 2002, p.726-727)

O receio do jornalista não se concretizou, pois o governo brasileiro declarou guerra contra os Impérios Centrais. No dia 19 de outubro, torpedos afundaram o vapor *Macau* pondo a pique junto a ele a prudência nacional:

Sem condições de resistir às pressões dos jornais, à indignação da população, ao crescente nacionalismo que invadia partidos políticos e empresariado o presidente Venceslau Brás manda uma mensagem ao Congresso Nacional. (GARAMBONE, 2003, p.91)

No dia 25 do mesmo mês, foi sancionada a resolução no Congresso Nacional, referendada por todo o ministério.

ARTIGO ÚNICO – *Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo imperio allemão contra o Brasil e autorizado o presidente da República a adoptar as providências constantes na mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa nacional e segurança publica que julgar necessarias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações de crédito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário.* (GARAMBONE, 2003, p.92)

No boletim semanal sobre a guerra, do dia 29 de outubro, intitulado *O Brasil defini-*

se, Mesquita demonstra alívio e satisfação pela deliberação.

Hoje, tendo o Brasil saído da posição indefinida em que se achava, [...] são 26 Estados independentes agrupados na Entente, e, no planeta, 1 milhão e 330 mil homens adversários do pangermanismo armado. Dispensam esclarecimentos o peso material e o valor moral destes algarismos. [...] Queríamos afirmar que, hoje sim, o Brasil está bem – está no seu lugar. Está com a humanidade contra o mais desumano de todos os regimes, porque a vitória do pangermanismo seria a escravização do mundo a uma casta a que a própria Alemanha se escravizou, corrompendo a natureza individualista de sua gente e trairdo as lições mais nobres e mais gloriosas de sua história. O Brasil, mais que outros países já sacrificados na pavorosa carnificina, devia este tributo à causa sagrada da emancipação coletiva. (2002, p.739-740)

Mais um vez verificamos a visão maniqueísta de Mesquita, de uma luta de opostos, na qual estavam em jogo a liberdade das nações. O Brasil se definiu, por fim, a lutar contra o autoritarismo e militarismo alemão, segundo ele. Em estado de beligerância, o jornalista - entre um e outro comentário sobre a guerra -, declarou abertamente seu receio com a comunidade alemã que vivia no país.

Pouco importa que não haja, ou que não se vejam sinais alarmantes nas colônias alemãs, que se formaram e se estabeleceram em nosso território. Não se encaram problemas como este por sua superfície ilusória. Problemas desta importância estudam-se a fundo. Pergunta-se: se a Alemanha vencesse, e se o Kaiser triunfante deliberasse reduzir a humilde vassalagem a independência do Brasil, qual seria o procedimento da vasta colônia alemã disseminada pelos Estados da Federação? Felizmente não há experiência possível, porque a Alemanha não vencerá. Mas a nossa convicção, que o futuro confirmará, como já muita coisa apaixonadamente contestada se confirmou em documentos irrecusáveis, é que a numerosa e disciplinada colônia do Brasil se levantaria em massa, com raríssimas e honrosas exceções individuais, para aplaudir e festejar a fácil conquista. (MESQUITA, 2002, p.740)

Fica a dúvida sobre qual a real influência que tais publicações, enfáticas, persuasivas e, por vezes intolerantes, exerceram sobre a população comum; se motivaram ou não manifestações e atos contra alemães residentes em São Paulo. Entretanto, ainda no início de 1917, quando os navios *Tijuca* (quatro de abril) e *Lapa* (27 de julho) foram torpedeados, a polícia paulista precisou reforçar a guarda dos estabelecimentos alemães na cidade. (GARAMBONE, 2003, p.91)

Fato é, que, Mesquita, após a entrada do país no conflito, reforçou o tom patriótico em seus boletins, como em maio de 1918 quando conclama: “Vamos! Em coro uníssono que atravesse os mares e repercuta na Europa, como uma saudação cordial aos nossos aliados que perdem sangue por todas as veias: VIVA A NAÇÃO BRASILEIRA!!!”

(MESQUITA, 2002, p.816)

Por mais que ele pudesse esperar homens brasileiros lutando nos campos de batalha europeus, o auxílio principal do Brasil aos Aliados se deu no campo econômico.

Para os Aliados a melhor contribuição do Brasil na guerra consistia em evitar a importação de artigos essenciais e aumentar consideravelmente a exportação de gêneros de primeira necessidade. Nesse tocante, o Brasil reduziu o consumo de carvão, buscou substitutos para o trigo, desestimulou o consumo interno de gêneros de primeira necessidade elevando seus custos e priorizou a exportação desses itens, mesmo que sob reduzida margem de lucro ou mediante alguma desvantagem. O Brasil sofreu desabastecimento e inflação em benefício de um surto na exportação de alimentos. (MENDONÇA, 2008, p.47)

Referente ao campo militar, por maior que fosse a fragilidade dessa área, algumas medidas foram tomadas visando assegurar o espaço do país na conferência pela paz (MENDONÇA, 2008, p.47). Em que pese, os portos nacionais foram abertos para à Esquadra Americana, as Marinhas americanas e brasileiras realizaram patrulhamento em conjunto no Atlântico Sul, foi enviada uma divisão naval com objetivo de colaborar no patrulhamento da costa ocidental africana. Além disso, um grupo de aviadores foi enviado pra treinamento na Inglaterra, outra comissão foi enviada para observação das operações de guerra e avaliação de material bélico na Europa, além de missão médica enviada em assistência à população francesa. Mas nenhum militar brasileiro chegou a atuar diretamente na zona de conflito, exceto por alguns mercenários da Legião Estrangeira (VINHOSA, 1998).

Ao final do conflito, em 14 de outubro de 1918, foi publicado o último *Boletim Semanal* encerrado com o parágrafo:

Somos brasileiros. Vimos a nossa terra quase nas garras de uma casta de assalto e de rapina, e o seu futuro ainda nos enche de apreensões, quando por mais não seja, por nos parecer inevitável que ainda tarde dia, prometido por Wilson, em que os fracos valham tanto quanto os fortes. O pangermanismo por terra, somos, sem ameaças, um povo independente. (MESQUITA, 2002, p.884)

Chama a atenção a parte em que o jornalista comenta que o país quase foi tomado pela Alemanha. Não encontramos na bibliografia pesquisada, algo que mencionasse tal perigo que Mesquita a todo o momento acreditou ser real. Por fim, por mais que ainda demonstrasse apreensão pelo futuro do país, a guerra havia terminado e a independência política do Brasil mantida, para seu alívio.

3. CONCLUSÃO

Durante o período em que publicou os *Boletins Semanais*, Júlio de Mesquita apresentou aos leitores sua certeza que os Impérios Centrais não poderiam sair vitoriosos da guerra que a Alemanha havia desencadeado por cobiça e ambição. Posicionando-se favorável aos países Aliados, desde a invasão da Bélgica, pelos alemães, demonstrou na coluna semanal o quanto temia o sistema político germânico, do qual era convicto ser um regime em que os indivíduos abriam mão de sua liberdade em prol do Estado. Independente se Inglaterra ou França também eram países imperialistas, para Mesquita, elas eram nações que tinham a frente uma política que não ausentava os indivíduos de suas liberdades.

Entretanto, em seu contexto, Mesquita era mais um intelectual da época impregnado pelos mesmos medos e certezas. Político, advogado, empresário e jornalista, aplicou o poder da imprensa para conduzir os leitores ao que julgava ser certo. E lhe parecia certo que os alemães ofereciam perigo, assim como que, em 1917, o Brasil entrasse na guerra ao lado Aliado, para junto aqueles países, lutarem para que o mundo não se perdesse para o *militarismo prussiano*.

De forma persuasiva, impregnado de patriotismo e de princípios liberais que o regeram durante a vida, Mesquita sempre foi claro no seu objetivo: após a entrada dos Estados Unidos no conflito, queria o Brasil longe da neutralidade e dentro da conflagração para, dessa forma, figurando ao final entre os vencedores, e ao lutar pela causa nobre, o país tivesse sua parcela de reconhecimento pela solidariedade prestada aos Aliados.

Todavia, para alcançar esse propósito o jornalista causou muito desconforto na comunidade germânica de São Paulo, pelo grau, por vezes, intolerante das publicações. Se influenciou ou não a violência física para com os alemães e seus descendentes residentes em São Paulo, capital, pretendemos pesquisar em outro trabalho.

Os *Boletins Semanais* apresentam no total, cerca de seiscentas páginas. Apreciá-las é fascinante, assim como apreciar de que modo Mesquita aguardava o desenlace da conflagração. Por fim, finalizamos essa pesquisa com a sensação que muito do seu conteúdo ainda precisa ser analisado.

FONTE

A guerra (1914-1918) por Julio Mesquita. São Paulo: O Estado de São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRILL, Simone da Silva. **Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisas sobre abolição da escravidão.** Disponível em <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>> Acesso em: 17 Mar 2013.

BONOW, Stefan Chamorro. **As Listas Negras e a Grande Guerra: Repercussões sobre Capital e Trabalho Germânicos em Porto Alegre.** Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 280-304. 2010.

CALDEIRA, Jorge. Julio Mesquita, fundador do jornalismo moderno no Brasil. In: **A Guerra (1914-1918) por Julio Mesquita.** São Paulo: *O Estado de São Paulo*: Ed. Terceiro Nome, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e a História do Brasil.** 2ª Edição. São Paulo: editora Contexto, 1988.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a Nação.** São Paulo: ed. UNESP, 1998.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a Serviço do Progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

GILBERTO, Agostino. O Século XX e a Experiência da Guerra Total. In: **O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX.** Rio de Janeiro: editora Campos, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX.** SP: Cia Letras, 1995.

MENDONÇA, Valterian Braga. **A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918.** 2008. 137 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

PIRES, Livia Claro. **Pela nação e civilização: a Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial.** In: Anais do XV Encontro Regional de história da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2012.

PROST, Antoine, & VINCENT, Gerard. **História da vida privada: da Primeira Guerra aos dias atuais.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias.** São paulo: Ed. Cultrix, 1993.

_____. Por uma História Presente. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política** (org.). Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1996, pp.13-36.

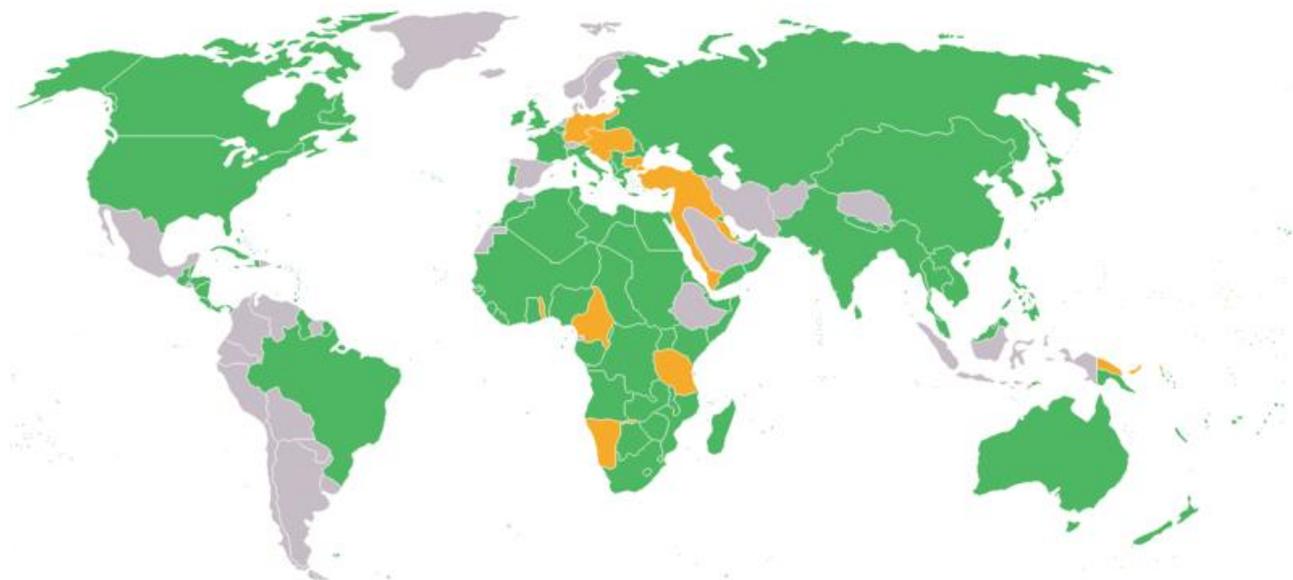
SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Prefácio. In: **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1966.

VINHOSA, Francisco Luis Teixeira. **Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro: IHGB, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

ANEXOS



Mapa mundi da Grande Guerra - Aliados - maioria dos países liderados pelos Império Britânico e Francês que há séculos dominavam colônias ultramarinas; Potências Centrais na Europa mais Bulgária e Império Otomano além de colônias alemãs logo confiscadas